

afirmação da vida e decretação da morte | acácio augusto*

Lúcia Parra. *Combates Pela Liberdade: o movimento anarquista sob a vigilância do DEOPS/SP (1924-1945)*. São Paulo, Arquivo do Estado/Imprensa Oficial, 2003, 203 pp.

O DEOPS é a polícia política criada na década de 1920 para caçar os perturbadores da ordem pública. Mas qual polícia não é política? O que é perturbar a ordem? Quem quer conservar, que ordem? A que temos hoje seria uma polícia “neutra”, exclusivamente a serviço da lei universal e para todos? Quem faz a lei hoje? Quem fazia naquela época? Para quê, e a quem serve a polícia?

Estas são algumas questões que podem ser levantadas a partir da leitura do livro *Combates Pela Liberdade: o movimento anarquista sob vigilância do DEOPS (1924-1945)*, resultado do trabalho de iniciação científica realizado pela estudante de História da USP, Lúcia Parra, que se dedica a sistematizar os prontuários de pessoas e associações anarquistas perseguidas pelo DEOPS.

Parra percorre duas décadas de prontuários, marcadas pelo estado de sítio do governo Artur Bernardes e pelo governo conhecido como Era Vargas para nos mostrar de que maneira a polícia caracterizava os anarquistas. Estes que, em meio à efervescência política no país e à perseguição policial, construíram resistências que abalaram as fábricas, a família, a igreja, a escola e todo um conjunto de costumes autoritários difundidos pela sociedade.

* Estudante de Ciências Sociais na PUC-SP, integrante do Nu-Sol e bolsista CNPq.

Contudo, os anarquistas estudados por Parra não podem ser vistos como vítimas de uma poderosa polícia que foi capaz de destruí-los. No segundo capítulo de seu trabalho, a autora mostra que eles eram vistos como perigosos, pois suas práticas efetuavam-se como nocivas para o Estado, e este sabendo disso, buscava de qualquer forma interditar o discurso libertário, praticado pelos anarquistas, por meio da ação policial. O que foi em certos momentos tarefa difícil para os policiais que não sabiam nem ao menos distinguir um anarquista de um comunista.

Pelas categorias criadas por Parra a partir da leitura dos prontuários, fica claro as diferentes maneiras pelas quais os anarquistas praticavam essas resistências: entre os operários, eram os que tinham maior nível de instrução, obtidas quer pelo autodidatismo quer nas escolas modernas, criadas no começo do século XX pelas associações anarquistas. Praticavam as profissões que mais permitiam liberdade para sua ação, como sapateiro ou comerciante; não se constituíam, como os comunistas em torno do PC, uma unidade homogênea. Entre os anarquistas havia uma multiplicidade de práticas que se articulavam e que muitas vezes confundiam a ação policial. Por fim, mostra a autora, as mulheres tiveram uma ação singular dentro do movimento anarquista, o que muitas vezes passou despercebido pelo próprio DEOPS.

Foram os libertários também — e isto está documentado no livro — os primeiros a levantarem a questão da mulher e das crianças. Explicitavam as péssimas condições em que estas trabalhavam nas fábricas e difundiam práticas cotidianas que dissolviam a relação de mando e obediência estabelecida entre homem e mulher, adulto e criança. Atitude muito diferente do que está expresso na lei e é difundido como prática comum, na qual o que se têm é uma relação de tutela, na qual o homem

adulto dispõem do corpo da mulher e da criança para o que bem entender.

Um outro dado encontrado no livro, importante de se destacar, é o forte envolvimento dos anarquistas com as lutas antifascistas. A ação libertária foi muito expressiva na criação da Liga Antifascista, que contava também com membros da ALN (Aliança de Libertação Nacional) e de alguns grupos comunistas de orientação trotskista. Os libertários estavam atentos ao eco que causava o fascismo italiano no Brasil — que se confirmou com a ditadura de Vargas — e estavam interessados em barrar os desejos fascistas e garantir liberdades democráticas para viabilizar sua ação cotidiana. Luta que chegou ao enfrentamento direto entre anarquistas e integralistas na Praça da Sé, no centro de São Paulo.

A prática libertária está voltada para uma transformação dos costumes. Em uma sociedade como a brasileira, baseada em costumes autoritários, e de uma tradição política oligárquica, a existência dos anarquistas era insuportável. A interdição das práticas anarquistas se dava associando-os à categoria de indivíduo perigoso e violento, ou desqualificando seu discurso como atrasado e desordeiro. Parra mostra esta tática de desqualificação do discurso anarquista por intermédio dos relatórios de policiais do DEOPS, mas esta, também, cristalizou-se no Código Penal Brasileiro, como na lei de extradição de estrangeiros, conhecida como Lei Adolfo Gordo, de 1907. Vale lembrar que a desqualificação do discurso libertário não foi, e não é até hoje, monopólio do Estado e muito menos da direita. Mesmo parceiros pontuais na luta antifascista — liberais progressistas e comunistas — viam, tanto quanto o governo, os anarquistas como perigosos e portadores de idéias atrasadas. O anarquista é e foi “tratado como se fosse um ‘vírus’, capaz de contagiar indivíduos sãos” (p. 64).

Frente a uma repulsa advinda de diversos setores da sociedade às práticas anarquistas, a ação policial não deve ser vista como fenômeno isolado. Ela é expressão de uma sociedade de costumes baseados no exercício centralizado da autoridade, que não suporta a experimentação de liberdades difundida pelas práticas anarquistas. Com efeito, a maior dificuldade desses libertários estudados por Parra, foi difundir a experiência de uma vida livre nas relações sociais, tarefa que talvez seja muito mais difícil do que enfrentar a ação dos policiais do DEOPS.

Neste sentido, o que muitas vezes é visto — até mesmo por alguns anarquistas como malogro da ação libertária nos sindicatos, pode ser analisado como uma estratégia de faafirmação destas experiências retirando-se de um lugar onde isso não era mais possível, o sindicato. Os anarquismos, longe de se pretenderem hegemônicos, interessam-se em criar resistências pelas práticas de liberdade, e “esta resistência tornou-se possível pela continuidade da cultura libertária que abarcava não somente práticas sindicais, como também a imprensa libertária, atividades culturais e educacionais” (p. 92). Fica evidente na leitura deste livro que os anarquismos criaram, no choque com os poderes, uma maneira singular de atuar no jogo das forças sociais.

Além de se constituir como um importante material de consulta para estudantes, pesquisadores e interessados em anarquismos ou na ação do DEOPS, a força do trabalho de Parra está em dar visibilidade à existência de homens e mulheres como Natalino Rodrigues, Rodolfo Felipe, Abílio José das Neves e Francisco Augusto das Neves, Isabel Cerrutti, Angelina Soares, entre tantos outros. Existências que não se reduzem aos prontuários policiais, impossíveis de serem capturadas.

Enquanto os anarquistas praticavam uma afirmação da vida como experiência de liberdade, os agentes da ordem buscavam interdita-los com o decreto de morte, este sim malogrado, pois ainda hoje, os anarquistas continuam abalando hierarquias, revirando costumes e experimentando liberdades.

conectando anarquias | thiago s. santos*

Nelson Méndez e Alfredo Vallota. *Bitácora de la utopia - anarquismo para el siglo XXI*. Caracas, Universidad Central de Venezuela, Ediciones de la Biblioteca Central, 2001. 133 pp.

Um livro que trata de anarquia é para ser saboreado, digerido, utilizado como uma ferramenta. Ele não se esgota em si mesmo. Procura suscitar curiosidades, mover interesses, promover inquietações, rebeldias e desobediências. Este é o objetivo de Nelson Méndez e Alfredo Vallota, autores de *Bitácora de la Utopia: anarquismo para el siglo XXI*, “um breviário sobre o ideal anarquista, de uma perspectiva latino americana em geral e venezuelana em particular” (p.7.).

Nelson Méndez e Alfredo Vallota são professores da *Universidad Central de Venezuela* e integram o *CRA (Comisión de Relaciones Anarquistas)*. Editam o periódico anarquista bimensal *El Libertario*, que em dezembro de 2004 completou nove anos de existência, e 40 números publicados. Produção autogestionária que tem o intuito de divulgar o

*Sociólogo e mestrando em Ciências Sociais na PUC-SP, integrante do Nu-Sol.